

## DECRETO N° 2.768/2012

Súmula: Declara situação anormal, caracterizada como situação de emergência as áreas do município afetada pelas chuvas ocorridas nos últimos dias.

*CELSO BENEDITO DA SILVA*, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, pelo art. 7 do Decreto Federal nº 7.257, de 04/08/2010, e pela Resolução nº 3, de 02/07/1999, do Conselho Nacional de Defesa Civil;

Considerando, o grande volume de chuvas que assolaram o Município nas datas de 18 e 19 do corrente mês, e a informação fornecida pela Unidade Meteorológica da Universidade Estadual Norte do Paraná - UENP, Campus Luiz Meneghel de Bandeirantes(PR), em medição realizada nesta data (20/06/2012), onde constata-se que nas últimas 23 horas ocorreram precipitação de chuvas de 240 mm (duzentos e quarenta milímetros), corroboradas pelas fotos, anexa, fenômeno atípico em qualquer estação;

Considerando, que em decorrência da intensidade das chuvas torrenciais ocasionou-se cheia de córregos, rios e ribeirões, causando interrupção de passagem no perímetro urbano e rural do município de Bandeirantes;

Considerando, que várias pessoas tiveram suas casas alagadas e outras destruídas, ficando totalmente desabrigadas, e que necessitam do amparo imprescindível do Poder Público, a fim de arcarem com os ônus imprevisíveis da reparação de suas casas de moradias, seriamente danificadas pelo referido intempérie;

Considerando, que o Município tem necessidade iminente de prestar auxílio a essa população vítima dessa tragédia,

Considerando, finalmente, que o município necessita recorrer aos órgãos dos poderes do Estado e da União para obter recursos financeiros visando ao atendimento das pessoas prejudicadas e à reparação dos danos causados,

## DECRETA

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal, provocada pelas chuvas ocorridas nos dias 18 e 19 de junho de 2012, e caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA.

Parágrafo Único - Esta situação de anormalidade é validade apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Mapa ou Croqui da área afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a lançar mão da legislação vigente, para que possa atender às necessidades resultantes da situação declarada, dentro dos limites de competência da Administração Pública.

Art. 3º - Deverá a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, havendo necessidade ceder os espaços das escolas públicas para abrigar as vítimas desse desastre natural, podendo inclusive suspender as aulas do ensino da educação infantil e do ensino fundamental.

Art. 4º - Deverá também a Secretaria Municipal de Saúde disponibilizar pessoal a posto para atender as vítimas que necessitem de procedimentos médicos, exames diversos, internamentos e medicamentos.

Art. 5º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município de Bandeirantes (PR), sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de resposta aos desastres, após adaptado à situação real do ocorrido.

Parágrafo Único - Comunique-se imediatamente a Defesa Civil Municipal, ao Ministério Público e ao Chefe do Poder Legislativo e Judiciário.

Art. 6º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de respostas aos desastres e, a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo mesmo.

Art. 7º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo Único - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 8º - De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processo de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares com provadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras e, o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais, será apoiado pela comunidade.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 20 de junho de 2012.

Celso Benedito da Silva  
Prefeito Municipal